

LEGISLAÇÃO DO SUS
IG: @professordanieloliveira
PROFESSOR: DANIEL OLIVEIRA

1-De acordo com as disposições da Lei Orgânica da Saúde (Lei 8080/90), é correto afirmar que:

- a) Um dos principais princípios do Sistema único de Saúde é a desconcentração em todas as esferas de governo.
- b) Em nenhuma hipótese a iniciativa privada poderá participar do Sistema Único de Saúde (SUS) pois esta participação é vedada na legislação.
- c) O SUS promoverá a articulação do Subsistema instituído por esta Lei com os órgãos responsáveis pela Política Indígena do País.
- d) O atendimento e a internação domiciliares, são estabelecidos, no âmbito do Sistema Único de Saúde como proibições.

2-De acordo com a Lei nº 8080/90, é atribuição exclusiva da União a:

- a) normatização da Vigilância Sanitária de portos, aeroportos e fronteiras
- b) avaliação dos indicadores de morbidade no âmbito da Unidade Federada
- c) execução de serviços de Vigilância Epidemiológica
- d) gestão de laboratórios públicos de saúde

3-Analise o princípio do Sistema Único de Saúde (SUS), estabelecido pela Lei 8080/90, que se encontra descrito a seguir:

"Implica a delimitação de uma base territorial para o sistema de saúde, que leva em conta a divisão político-administrativa do país, mas também contempla a delimitação de espaços territoriais específicos para a organização das ações de saúde, subdivisões ou agregações do espaço político-administrativo. Representa o princípio descrito acima:

- a) Regionalização.
- b) Hierarquização.
- c) Equidade.
- d) Descentralização.

4-Quando se trata de preconceitos ou privilégios de qualquer espécie, como no cuidado e no acesso aos serviços públicos de saúde, o princípio do SUS, disposto no artigo VII, da lei nº 8080/1990, que é NEGADO é a:

- a) justiça
- b) igualdade
- c) integralidade
- d) universalidade

5-A Lei 8080/90 estabelece que poderá constituir consórcios para desenvolver em conjunto as ações e os serviços de saúde que lhes correspondam:

- a) os Estados.
- b) os Municípios.
- c) os Estados e Municípios.
- d) a União, os Estados e os Municípios.

6-De acordo com a Lei 8080/90, no que se refere à competência do Sistema Único de saúde, é correto afirmar que

- a) à direção nacional do Sistema Único de Saúde (SUS) compete formar consórcios administrativos intermunicipais.
- b) à direção estadual do Sistema Único de Saúde (SUS) compete estabelecer normas e executar a vigilância sanitária de portos, aeroportos e fronteiras, podendo a execução ser complementada pelos Estados, Distrito Federal e Municípios.
- c) à direção nacional do Sistema Único de Saúde (SUS) compete elaborar normas para regular as relações entre o Sistema Único de Saúde (SUS) e os serviços privados contratados de assistência à saúde.
- d) à direção municipal do Sistema Único de Saúde (SUS) compete estabelecer o Sistema Nacional de Auditoria e coordenar a avaliação técnica e financeira do SUS em todo o Território Nacional em cooperação técnica com os Estados, Municípios e Distrito Federal.

7-Segundo a lei 8080/90, estão incluídas ainda no campo de atuação do Sistema Único de Saúde-SUS, EXCETO:

- a) A formulação e execução da política de sangue e seus derivados
- b) A capacitação dos agentes comunitários de saúde, para atuação na Estratégia de Saúde da Família
- c) A vigilância nutricional e orientação alimentar
- d) Ações de assistência terapêutica integral, inclusive farmacêutica
- e) A fiscalização e a inspeção de alimentos, água e bebidas, para consumo humano

8-De acordo com a Lei 8080/90, o campo de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS) inclui a execução de ações de, EXCETO:

- a) vigilância sanitária.
- b) vigilância socioambiental.
- c) vigilância epidemiológica.
- d) saúde do trabalhador.
- e) assistência terapêutica integral, inclusive farmacêutica.

9-"A saúde é um direito ___ do ser humano, devendo o Estado prover as condições ___ ao seu pleno exercício."

As lacunas ficam corretamente preenchidas respectivamente por:

- a) fundamental / dispensáveis.
- b) fundamental / indispensáveis.
- c) irrelevante / dispensáveis.
- d) relevante / possíveis.
- e) irrelevante / indispensáveis.

10-Sobre a Lei Orgânica da Saúde, analise as afirmativas abaixo e coloque V nas Verdadeiras e F nas Falsas.

- () A saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício.
- () São princípios do Sistema Único de Saúde (SUS) que constam na Lei 8080/90: centralização, universalidade e integralidade.
- () São princípios do Sistema Único de Saúde (SUS) que constam na Lei 8080/90: universalidade, igualdade e integralidade.
- () A iniciativa privada poderá participar do Sistema Único de Saúde (SUS), em caráter elementar.
- () Devem ser desenvolvidas atividades voltadas à recuperação e reabilitação da saúde dos trabalhadores submetidos aos riscos e agravos advindos das condições de trabalho.

Assinale a alternativa que contém a sequência CORRETA.

- a) F-F-F-F-V
- b) F-F-V-F-F
- c) V-F-V-F-V
- d) V-V-F-F-V
- e) F-F-V-F-V

11-Avalie se, de acordo com o Art. 15 da Lei 8080/90, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios exercerão, em seu âmbito administrativo, entre outras, as seguintes atribuições:

- I. Definição das instâncias e mecanismos de controle, avaliação e de fiscalização das ações e serviços de saúde.
- II. Administração dos recursos orçamentários e financeiros destinados, em cada ano, à saúde.
- III. Acompanhamento, avaliação e divulgação do nível de saúde da população e das condições ambientais.
- IV. Organização e coordenação do sistema de informação de saúde.

Estão corretos:

- a) I e II, apenas.
- b) III e IV, apenas.
- c) I, II e III, apenas.
- d) II, III e IV, apenas.
- e) I, II, III e IV.

12-Sobre a Lei Federal n. 8.080/90, é INCORRETO afirmar que:

- a) As ações que se destinam a garantir individualmente, condições de bem-estar físico e mental dizem respeito à saúde, sem levar em conta a coletividade.
- b) A saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício.

c) O dever do Estado de garantir a saúde consiste na formulação e execução de políticas econômicas e sociais que visem a redução de riscos de doenças e de outros agravos.

d) O dever do Estado de garantir a saúde não exclui o das pessoas, da família, das empresas e da sociedade.

13-Em relação à Lei 8.080/90, assinale a alternativa correta.

a) É conhecida como Lei Cidadã e trata dos direitos da população em relação ao atendimento de saúde no SUS, e dá outras providências.

b) É conhecida como Lei de Atenção Básica da Saúde e dispõe sobre a implantação dos postos de saúde.

c) É conhecida como Lei Orgânica da Saúde e dispõe sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes, e dá outras providências.

d) É conhecida como Lei da Humanização da Saúde e dispõe sobre a reforma psiquiátrica no Brasil.

14-De acordo com a Lei n. 8080/1990, as ações e os serviços de saúde públicos e privados contratados ou conveniados, que integram o Sistema Único de Saúde (SUS), deverão se desenvolver considerando os princípios estabelecidos na legislação. O direito ao acesso a estes serviços, em todos os níveis de atenção, refere-se ao princípio da

- a) integralidade.
- b) universalidade.
- c) igualdade.
- d) utilidade.

15-Quanto à Lei 8080/90, indique a alternativa INCORRETA:

a) Os objetivos dizem respeito à finalidade e a justificativa estatal para existência do SUS.

b) Seus princípios são valores jurídicos e fisiológicos que orientam as ações do SUS.

c) A gestão diz respeito à hiper-estrutura orgânica encarregada de executar as políticas do sistema.

d) A competência e as atribuições são divididas entre as esferas federais, estaduais e municipais.

e) O subsistema de atenção indígena é mantido com recursos da União, podendo os Estados e Municípios atuarem complementarmente no custeio e execução de ações.

16-Sobre a lei 8080/90, analise as sentenças abaixo e assinale a alternativa correta:

1ª: Segundo a lei 8080/90, entre as ações incluídas no campo de atuação do Sistema Único de Saúde estão as de saúde do trabalhador.

2ª: Segundo a lei 8080/90, a estratégia de saúde da família é aquela pela qual se derá a reorientação da Atenção Básica no Brasil.

- a) Ambas as sentenças são corretas.
- b) Ambas as sentenças são incorretas.
- c) A 1ª sentença é correta e a 2ª incorreta.
- d) A 1ª sentença é incorreta e a 2ª correta.

17-Considerando a lei 8080/90, no que tange às atribuições das esferas de gestão do SUS, a implementação da Estratégia da Saúde da Família é atribuição:

- a) Da direção federal
- b) Da direção estadual
- c) Não prevista na lei
- d) Da direção municipal
- e) Comum às esferas municipal, estadual e federal do SUS

18-Considerando o texto da lei 8080/90, a assistência sem preconceitos ou privilégios de qualquer espécie corresponde a um dos princípios do SUS, que é a (o):

- a) Universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência
- b) Preservação da autonomia das pessoas na defesa de sua integridade física e moral
- c) Integralidade de assistência

d) Igualdade da assistência à saúde

e) Direito à informação, às pessoas assistidas, sobre sua saúde

19-A identificação e divulgação dos fatores condicionantes e determinantes da saúde são descritos pela lei orgânica de saúde 8080/90 como:

- a) Princípios do SUS.
- b) Objetivos do SUS.
- c) Diretrizes do SUS.
- d) Normatizações do SUS.

20-No Art. 16, da Lei Orgânica da Saúde (Lei 8080/90) comenta-se sobre a direção nacional do Sistema Único de Saúde (SUS) a qual compete, especificamente:

- a) participar das comissões sindicais deliberadas para movimentos grevistas e de reivindicação.
- b) informar ao trabalhador e à sua respectiva entidade sindical sobre os riscos de acidentes de trabalho.
- c) definir os sistemas informacionais que devem ser utilizados na rede particular e pública de saúde.
- d) prestar cooperação técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para o aperfeiçoamento da sua atuação institucional.

21-De acordo com o Art. 7º da lei 8080/90, é um princípio do SUS a igualdade da assistência à saúde, sem preconceitos ou privilégios de qualquer espécie. Também são princípios constantes nesse mesmo artigo, EXCETO

- a) universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência.
- b) preservação da autonomia das pessoas na defesa de sua integridade física e moral.
- c) direito à informação, às pessoas assistidas, sobre sua saúde.
- d) direito de ressarcimento aos serviços privados que realizarem procedimentos no âmbito do SUS.

22-O Capítulo III da lei Federal 8080/90, do Planejamento e Orçamento, define que os planos de saúde serão a base das atividades e programações de cada nível de direção do Sistema Único de Saúde - SUS, e seu financiamento será previsto na respectiva proposta orçamentária. É correto afirmar que as diretrizes a serem observadas na elaboração dos planos de saúde serão estabelecidas pelo:

- a) Conselho Nacional de Saúde.
- b) Ministério da Saúde
- c) Ministério do Planejamento.
- d) Secretaria de Atenção à Saúde.
- e) Secretaria Municipal de Saúde.

23-evista no Art. 8º da Lei 8080/1990, a hierarquização das ações e serviços de saúde visa à:

- a) integração em nível executivo das ações de saúde, meio ambiente e saneamento básico.
- b) universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência.
- c) igualdade da assistência à saúde, sem preconceitos ou privilégios.
- d) conjugação de recursos financeiros, tecnológicos, materiais e humanos.
- e) organização da assistência em níveis de complexidade crescente.

24-Segundo o Art. 27 da lei 8080, que trata da política de recursos humanos na área da saúde, consiste em um dos objetivos:

- a) a organização de um sistema de formação de recursos humanos
- b) revogar as especializações na forma de treinamento em serviço.
- c) incentivar a ocupação de dois ou mais cargos nas autarquias.
- d) valorização dos profissionais
- e) valorização da dedicação exclusiva aos serviços do Sistema Único de Saúde (SUS).

25-Não será permitida a destinação de subvenções e auxílios a instituições prestadoras de serviços de saúde sem finalidade lucrativa.